

Novo nome, sistema antigo: do autoritarismo do sistema parlamentar ao presidencial

Levent Piskin*

Tradução: Gabriela Nascimento

Na experiência turca, nem o processo de formação da Constituição nem a própria democracia foram construídos sobre uma base sólida. O aparato do Estado Turco fez uso da lei como um instrumento para moldar a sociedade a partir de punições, assassinatos ou massacres desde sua fundação. Em outras palavras, a lei não pôde demonstrar seu significado político-institucional como garantidora de direitos; em vez disso, foi usada como arma. As constituições, é claro, disso não estavam separadas. De fato, todas as Constituições, exceto a de 1924, foram preparadas após o golpe de Estado pelo Exército Turco. Assim, podemos dizer que as intervenções militares determinaram a arquitetura institucional e as práticas do Estado através das constituições.

A Constituição de 82: Introdução ao Autoritarismo

Embora a constituição de 1982 ainda governe a Turquia, foram muitas as emendas[1] à constituição: foi ratificada após o golpe militar de 7 de novembro de 1982[2]; substituiu a anterior, também promulgada depois do outro golpe, no dia 27 de maio de 1960.

Além disso, antes do golpe de 1980, a Turquia havia feito mudanças significativas em sua política econômica, podendo ser lidas como a institucionalização do neoliberalismo na Turquia. No entanto, não houve governo estável para implementar essas medidas e

oposições sociais foram reprimidas. Sob o pretexto do caos, o golpe militar tomou o governo como no Chile (Tansel, 2017), e na Argentina.

Da mesma forma, o conteúdo da Constituição também não era democrático[3]. Restringiu todos os direitos e liberdades políticas e sociais, criando um regime autoritário. Com a Constituição de 1982, o executivo ganhou poder sobre o legislativo. A importância da legislação foi enfraquecida e o judiciário caiu sob o controle do executivo. Como Akça enfatizou, “isso favoreceu um estado metafísico, sagrado, posicionado contra o indivíduo e a sociedade” (Akça, 2014). De fato, essa é uma tradição do Estado turco: se posicionar acima da sociedade desde o estabelecimento da República.

O Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP) , um partido islâmico de centro-direita, ganhou o poder em 2002 e recebeu uma autoridade extraordinária pela Constituição de 1982.

Por outro lado, embora o AKP tenha ganho a maioria, Erdoğan estava ciente de que o poder de seu partido ainda estava sujeito à vontade das forças armadas que estavam seriamente envolvidos em políticas, e tinham o poder de moldar os governos (Akay, 2008). Nesse sentido, discursos e negociações anti-tutelares com a União Europeia ajudaram a esculpir o papel dos militares na esfera pública.

Enquanto isso, os governantes do AKP conseguiram penetrar no sistema estrutural do judiciário e da polícia; ganharam controle sobre os aparatos estatais estabelecidos pelo “regime de tutela”. Além disso, fortaleceram o poder do executivo através de emendas à constituição em 2007 e 2010, promulgadas até mesmo com o controle de mecanismos do judiciário. A legislatura já estava sob controle do executivo em detrimento da constituição

e do sistema eleitoral. Portanto, o AKP logo se tornou o primeiro poder sobre o Estado e começou a usar o Estado de direito. O código antiterrorista e a lei de autorização policial foram imediatamente modificados, ampliando a autorização de atuação da polícia.

Definições de terror e terrorismo tornaram-se extremamente vagas. Os tribunais de crimes especiais foram autorizados a encaminhar julgamentos extraordinários aos promotores, e a autorização extraordinária dada à polícia permitiu reprimir oponentes, como nos julgamentos de Ergenekon, Balyoz e KCK.

Sistema Presidencial: Mais Autoritarismo

Em agosto de 2014, Erdoğan tornou-se presidente. Desde então, a situação atual da constituição de fato mudou. De acordo com a constituição, o presidente deve ser neutro. Erdoğan continuou a atuar como chefe do governo do AKP.

Sobre esse ponto, a questão curda na Turquia provocou a uma guerra interna nas regiões leste e sudeste do Curdistão, desde 1984. O PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) e os militares turcos entraram em conflito desde então. Por causa do conflito interno não declarado, um estado de emergência está em vigor há 13 anos nas regiões curdas entre 1988-2002. Embora o AKP tenha suspenso o estado de emergência em 2002, as políticas relacionadas à questão curda não mudaram. Ou seja, o governo continuou a ver a questão como um problema de segurança a partir de uma linha nacionalista, e aumentou as intervenções repressivas em áreas curdas através da militarização maciça de políticas de guerra (Aslan, 2001). Em 2015-2016, o AKP declarou toque de recolher por tempo indeterminado em alguns distritos curdos. Forças armadas cometeram inúmeras violações dos direitos humanos e cometeram graves crimes[4].

Houve também uma tentativa de golpe em 15 de julho de 2016. Imediatamente depois disso, o AKP declarou estado de emergência (Lowen, 2016), colocando todo o país sob a condição de Estado de Emergência e sob decretos emergenciais. O Estado de direito e as convenções internacionais sobre os direitos humanos foram suspensos durante o período[5].

Em vista desses acontecimentos, o governo considerou o sistema presidencialista (desejado por Erdoğan a anos) como uma absoluta necessidade. Desde que Erdoğan e AKP chegaram ao governo em 2002, eles mostraram continuamente uma tendência em fortalecer o executivo. Para o referendo do sistema presidencial, Erdoğan frequentemente mencionou o lema de uma “Turquia mais forte”. Ele proclamou o antigo sistema como disfuncional. Defensores dos sistemas presidenciais, referem-se, em sua maioria, ao termo “instabilidade econômica” para ganhar votos.

Em suma, com essas novas emendas constitucionais, o sistema mudou de parlamentarismo para um sistema presidencialista. O sistema não se democratizou; tornou-se ainda mais autoritário. As emendas dão sustentabilidade ao estado de emergência sob o qual continuamos a viver. Em outras palavras, o constante estado de emergência tornou-se regra.

Como afirma Poulantzas, “O surgimento do estatismo autoritário não pode ser identificado como uma nova ordem fascista ou como uma tendência ao fascismo. O estado atual não é nem uma nova forma de um Estado excepcional genuíno nem, em si mesma, uma forma transitória no caminho para tal Estado...”(Poulantzas, 2014). A esse respeito, o estado atual na Turquia não é muito diferente do que seu estado anterior. Não é um caso excepcional para a Turquia, mesmo se for nomeado governo presidencial absoluto. A forma usual de

estado na Turquia sempre foi autoritário. Agora nós experimentamos isso em uma versão presidencial.

Por outro lado, enquanto o autoritarismo avança gradualmente, as resistências ganham força contra a opressão dia após dia. Desde que a repressão os rodeia, atos diários de protesto não se limitam aos opositores do regime. Nas palavras de Laclau e Mouffe, há uma politização comum enquanto a política comum. Constrói-se solidariedade entre as pessoas à medida que aumenta o intercuro entre antagonistas. Essa solidariedade não se limita aos movimentos sociais em áreas urbanas, mas se expande em direção a áreas rurais com demandas ecológicas[6], que buscam direitos de água em disputa com usinas hidrelétricas, e em luta contra as corporações de minas de ouro.

As pessoas ainda conseguem se organizar apesar da enorme repressão e censura. A perpetuação do homem turco, sunita e heterossexual, apesar de sua hegemonia, dominação e poder pode ser superada. Em face à luta democrática contra a modernidade capitalista, o sistema é vulnerável.

[*] *Levent Pişkin é advogado e ativista LGBTI. É Mestre pela Boğaziçi University Atatürk – Institute for Modern Turkish History. Contato: l.piskin@dundee.ac.uk.*

Bibliografia

Özbudun, E., & Gençkaya, Ö. F. (2009). *Democratization and the Politics of Constitution-making in*

Turkey. Budapest: Central European University Press.

Özden, B. A., Akça, İ., & Bekmen, A. (2017). Antinomies of Authoritarian Neoliberalism in Turkey: The Justice and Development Era. In C. B. Tansel, *States of Discipline: Authoritarian Neoliberalism and the Contested Reproduction of Capitalist Order* (pp. 189-211). London: Rowman and Littlefield.

Akça, İ. (2014). Hegemonic Projects in Post-1980 Turkey. In İ. Akça, A. Bekmen, & B. A. Özden, *Turkey Reframed: Constituting Neoliberal Hegemony* (pp. 13-47). London: Pluto Press.

Akay, H. (2008). Turkish Armed Forces: Institutional and Military Dimension. In A. Bayramoğlu, & A. İnel, *Imanac Turkey 2006-2008: Security Sector and Democratic Oversight* (pp. 105-138). İstanbul: TESEV.

Feature Articles *The Green Movement in Turkey*. (2013). Retrieved from tr.boell.org:

https://tr.boell.org/sites/default/files/perspectives_4._sayi_pdf_eng.pdf

Hall, S. (1979). The Great Moving Right Show. *Marxism Today*, 14-20.

Hall, S. (1985). Authoritarian Populism: A Reply to Jessop et al. *New Left Review*, 115-124.

Jessop, B. (2011). Poulantzas's State, Power, Socialism as a Modern Classic. In A. Gallas, L. Bretthauer, J. Kannankulam, & I. Stützle, *Reading Poulantzas* (pp. 41-56). Merlin Press.

Laclau, E., & Mouffe, C. (2001). *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso.

Lowen, M. (2016, July 21). *Turkey coup attempt: State of emergency announced*. Retrieved from BBC News: <https://www.bbc.co.uk/news/world-europe-36852080>

Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. (2017, February). *Report on the human rights situation in South-East Turkey July 2015 to December 2016*. Retrieved from www.ohchr.org:

https://www.ohchr.org/documents/countries/tr/ohchr_south-east_turkeyreport_10march2017.pdf

Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. (2018, March). *Report on the impact of the state of emergency on human rights in Turkey, including an update on the South-East January - December 2017*. Retrieved from www.ohchr.org:

https://www.ohchr.org/Documents/Countries/TR/2018-03-19_Second_OHCHR_Turkey_Report.pdf

Pamuk, Ş. (2015). *Türkiye'nin 200 Yıllık İktisadi tarihi: Büyüme, Kurumlar, Bölüşüm*. İstanbul: Türkiye İş Bankası Kültür Yayınları.

Poulantzas, N. (2014). *State, Power, Socialism*. London: Verso.

Tansel, C. B. (2017). Authoritarian Neoliberalism: Towards a New Research Agenda. In C. B. Tansel, *States of Discipline: Authoritarian Neoliberalism and the Contested Reproduction of Capitalist Order* (pp. 1-29).

London: Rowman and Littlefield International.

Tilly, C. (1985). War Making and State Making as Organized Crime. In P. Evans, D. Rueschemeyer, & T. Skocpol, *Bringing the State Back In* (pp. 169-191). Cambridge: Cambridge University Press.

[1] Desde que a constituição foi promulgada após o golpe, em 7 de novembro de 1982, 17 emendas foram promulgadas. No total, 113 dos 177 artigos da Constituição de 1982 foram alterados.

[2] Foi estabelecido pela Assembléia Constituinte que os membros foram escolhidos pelo Conselho de Segurança Nacional (NSC), que compunha os cinco generais mais graduados, realizando o golpe militar nas forças armadas turcas. Para informações detalhadas: Ergun Özbudun e Ömer Faruk Gençkaya, *Democratização e Política de Constituição na Turquia* (Budapeste: Central European University Press, 2009),

[3] 669 códigos, incluindo partidos políticos, conjunto de eleições e o sistema judicial legislado sob o regime militar.

[4] "Relatório sobre a situação dos direitos humanos no Sudeste da Turquia de julho de 2015 a dezembro de 2016", Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, acessado em 24 de outubro de 2018,

https://www.ohchr.org/documents/countries/tr/ohchr_south-east_turkeyreport_10march2017.pdf

[5] "Relatório sobre o impacto do estado de emergência sobre os direitos humanos na Turquia, incluindo uma atualização no Sudeste de janeiro a dezembro de 2017", Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, acessado em 24 de outubro de 2018,

https://www.ohchr.org/Documents/Countries/TR/2018-03-19_Second_OHCHR_Turkey_Report.pdf

[6] Para informações detalhadas: “O Movimento Verde na Turquia”, acessado em 24 de outubro de 2018,

https://tr.boell.org/sites/default/files/perspectives_4._sayi_pdf_eng.pdf